



## A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM ANÁPOLIS: DA DITADURA MILITAR AOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS EM 2016

Marília Rodrigues da Silveira<sup>1</sup> (IC)\*, Veralúcia Pinheiro<sup>2</sup> (PQ) <sup>1</sup>E-mail: marilia-rsilveira@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas

### Resumo:

Este artigo trabalha com os resultados finais do plano de trabalho vinculado a um projeto mais amplo de pesquisa, e tem como objeto de estudo o movimento estudantil na cidade de Anápolis. Investigamos a história do movimento estudantil anapolino, as formas de luta e os métodos de organização que foram utilizados tanto durante a ditadura militar (1964-1985) quanto nas ocupações das escolas públicas em Anápolis em 2016. Buscamos estabelecer as aproximações e distanciamentos que há entre os movimentos nos dois períodos trabalhados. Uma das principais questões discutidas diz respeito à natureza do movimento estudantil em Anápolis, ou seja, procuramos responder questões relacionadas com a autonomia do movimento, sua desvinculação das organizações burocráticas, tais como Partidos Políticos e Sindicatos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Resistência. Ocupações.

## Introdução

No Brasil, quase que desde o surgimento do movimento estudantil, persiste a fragmentação entre movimento estudantil extraoficial e oficial. Este último recebe apoio do governo, das entidades burocráticas, ou seja, segue as diretrizes do Estado, de Centrais Sindicais, como a CUT, da União Nacional de Estudantes – UNE, dentre outras entidades. Nesse sentido, a UNE se constitui como um exemplo de movimento estudantil oficial; enquanto que os movimentos de estudantes não oficiais são autônomos, por isso os próprios estudantes são responsáveis pelas decisões e ações que dão rumo as suas lutas.

A pesquisa que desenvolvemos tem como objeto de estudo as ações do movimento estudantil em Anápolis, em específico o movimento secundarista, no período da ditadura militar brasileira e também as ações relacionadas com as ocupações das escolas públicas em 2016. De modo geral, buscamos conhecer

### REALIZAÇÃO



como se desenvolveu e atuou o movimento estudantil, e qual a sua natureza, ou seja, se tais experiências dizem respeito a um movimento autônomo ou não.

Em um contexto geral o tema proposto é bastante conhecido e trabalhado pela historiografia, mas, no que tange a nossa delimitação, a cidade de Anápolis, há uma lacuna na produção historiográfica, tanto referente à ditadura quanto as ocupações de escolas públicas.

Trata-se de uma pesquisa importante, pois investiga e analisa um fenômeno sobre os secundaristas em uma cidade considerada importante para a Segurança Nacional, onde, especialmente durante a ditadura militar houve repressão a qualquer tipo de manifestação. Nesse sentido, esperamos que a pesquisa contribua no processo de disseminação do conhecimento acerca do movimento estudantil para a sociedade, e que este faça parte da memória das gerações que estão por vir, para que nunca se esqueçam da importância e a necessidade da luta seja ela por meio do movimento estudantil ou qualquer outra forma de luta contra as desigualdades e injustiças.

## Resultados e Discussão

Para tratar sobre movimento estudantil, faz-se necessário, antes de tudo esclarecer o conceito de movimento social, e foi esse o primeiro passo que realizamos durante a pesquisa. Trabalhamos de acordo com a perspectiva de Viana, o qual conceitua inicialmente movimento social como a ação de um grupo social. Para o autor, trata-se de um deslocamento do grupo social que provoca alterações no próprio grupo e na sociedade (VIANA, 2016, p.24).

O movimento estudantil é um movimento social, sendo que os indivíduos que o compõem são estudantes, que insatisfeitos com a situação social partem para a luta para obterem melhoria nas condições precárias ou opressoras que lhes são impostas. Em geral, as ações deste grupo têm início devido às condições concretas já existentes ou em decorrência de propostas governamentais, cujo teor significa um retrocesso das políticas educacionais no que se refere aos direitos coletivos dos



estudantes. Portanto, a insatisfação é o elemento primordial para as manifestações estudantis.

Em relação ao período da ditadura (civil) militar (1964-1985), consultamos os jornais de Anápolis, porém são poucas as notícias que dizem respeito ao movimento estudantil nesta Cidade. Pressupomos que isso se deve a censura e o controle exercidos pelo estado nos meios de comunicação, pois, os militares consideravam que a notícia nos jornais poderia incitar a rebeldia de outros grupos. Portanto, o movimento estudantil, assim como outras organizações das classes subalternas, refluíu nos anos posteriores ao golpe militar devido a forte repressão das forças policiais.

Assim, a repressão promovida pela ditadura (civil) militar também atingiu os partidos políticos. No Estado de Goiás a cidade de Anápolis foi uma das principais cidades onde ocorreram perseguições a membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que o levou ao esfacelamento.

O Movimento Estudantil (ME) durante os “anos de chumbo” foi alvo da repressão do mesmo modo que os partidos e organizações políticas de oposição. O PCB no início dos anos 60 tinha um considerável número de estudantes entre seus quadros. Quando do golpe militar de 1964 e da crise no comunismo mundial devido ao relatório de Nikita Krushev, o ME passou a se distanciar do PCB principalmente após o surgimento das cisões que deram origem a outras organizações. (SANTOS, 2009)

De acordo com o autor, no início do regime militar havia um estreito vínculo entre o movimento estudantil e os partidos políticos. Se compararmos com as ocupações de 2016 podemos perceber certo distanciamento, já que esses atos na maioria das vezes buscaram garantir autonomia em relação à burocracia dos sindicatos e dos partidos políticos.

As notícias encontradas durante a pesquisa são dos jornais **O Anápolis** e **Correio do Planalto** e se referem a movimentos estudantis secundaristas existentes no período anterior à ditadura e em parte dela. Nestes jornais é mencionado que os movimentos estudantis presentes em Anápolis eram a União Independente dos Estudantes de Anápolis e a União dos Estudantes Secundários de Anápolis, mas essas entidades não atuaram fortemente durante a ditadura justamente por conta da repressão institucionalizada.



O movimento estudantil anapolino atuava de forma independente das demais cidades goianas, mas geralmente não atuavam de forma isolada, mas articuladamente, como por exemplo, no episódio em que também aderiram à greve em apoio aos estudantes de Goiânia que protestavam contra o aumento das mensalidades dos educandários particulares em 1964. (JORNAL O ANAPOLIS, 1964). Além dessa articulação com a Capital do Estado, a União dos Estudantes Secundários de Anápolis, de acordo com informações no Jornal O Anápolis (1964), participou ativamente do II Congresso Estadual da Confederação Goiana dos Estudantes, e esta entidade mantinha entrelaçamentos diretos com o movimento estudantil anapolino.

Em 1967, identificamos uma notícia que relata a passeata de protesto dos estudantes anapolinos, os quais seguindo o exemplo dos estudantes goianienses se manifestam “contra a ação criminosa na Amazônia, que consistia em esterilizar em massa as mulheres para evitar o crescimento demográfico” (O Anápolis, 1967, s/p). Aqui há mais um momento de aproximação entre o movimento anapolino e goianiense.

Ainda de acordo com O Anápolis, em 07 de setembro 1968, após o desfile cívico, os estudantes de Anápolis organizaram uma passeata, cujo objetivo foi demonstrar solidariedade aos universitários de Brasília e de outras cidades brasileiras que sofriam as consequências da repressão, sendo espancados e presos. (JORNAL O ANÁPOLIS, 1968)

Em 1968 a repressão antes concentrada nos estudantes universitários, alcança os secundaristas. Desse modo, a União dos Estudantes Secundários de Anápolis foi dissolvida e a partir de então, a luta dos estudantes priorizou a reativação dessa entidade estudantil, que somente se tornou efetiva em 1979. As formas de luta que adotavam no início da ditadura eram comícios relâmpagos que muitas vezes eram realizados durante a noite, passeatas, manifestação em frente às escolas etc., uma das táticas para burlar a repressão era a não confirmação ao público das ações que iriam realizar. É importante dizer que o movimento estudantil existente em Anápolis e em Goiás como um todo durante a ditadura atuou principalmente como um forte elemento de resistência e luta contra o regime militar.



Em relação às ocupações, recordamos que os acontecimentos que deram origem a este movimento em 2016 foi o decreto assinado pelo governador Marconi Perillo determinando que a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), realizasse a seleção de Organizações Sociais (OS) para dirigir escolas públicas estaduais. Do ponto de vista formal OS são:

Uma qualificação, um título, que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Poder Público (dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.), para a realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade. (AZEVEDO, 2015)

Tal imposição fez emergir a insatisfação dos estudantes, levando-os a desencadear um movimento que pode ser denominado de movimento estudantil, uma vez que é formado por estudantes secundaristas. A compreensão de que com a terceirização das escolas públicas o Estado deixaria de garantir o direito à educação gratuita, dentre outras formas de desrespeito pela democracia que constitucionalmente deve caracterizar o funcionamento das escolas levou os secundaristas a se unir em torno dessa bandeira de luta.

Durante o período das ocupações no ano de 2016 vinte e três escolas foram ocupadas por estudantes secundaristas, professores e outros apoiadores, entre estes estudantes universitários, pessoas da comunidade etc.

Defendemos a ideia, segundo a qual ao tomarem consciência da necessidade e importância da ocupação de uma escola e realizarem essa ação, os alunos não estão fazendo nada além de tomarem para si um lugar que lhes pertencem por direito. E ao ocuparem tal espaço, os estudantes partem para a negação da hierarquia e do poder existente, e esse fato é um motivo para as autoridades e também para os meios de comunicação, alguns pais, coordenadores, diretores etc, rejeitarem essa forma de manifestação dos estudantes.

Segundo Baldino e Freitas (2016), a partir do momento em que se ocupava uma escola os estudantes se organizavam para realizarem as atividades que antes eram feitas pelos funcionários. Em diversas escolas a organização se dava por comissões que estavam sempre em rotação para que os alunos conhecessem uns aos outros e tivessem a oportunidade de aprender com cada tarefa a ser realizada.



Apontamos este elemento como um dos pontos positivos da ocupação para a formação de cada indivíduo. Por meio dela, os estudantes têm a oportunidade de aprender valores, cuidados e obrigações que não são transmitidos em sala de aula, e, além disso, adquirem maior consciência da necessidade da luta. Esse modelo de organização adotado na maioria das escolas ocupadas é pautado em valores de liberdade e de solidariedade, que priorizam o coletivo ao invés do individualismo e da competição.

Muitas dessas características das ocupações que auxiliaram tanto o crescimento pessoal quanto crescimento político dos estudantes foram reprimidas e por diversas vezes deturpadas pelos meios de comunicação, os quais buscavam atingir moralmente os jovens estudantes, ao rotulá-los de vândalos e invasores, cujas intenções era promover baderna e destruir o patrimônio público.

Os secundaristas anapolinos mantiveram conexão direta com secundaristas paulistas, esse fato permitiu aos manifestantes a troca de experiência, e foi por meio dos estudantes paulistas que os goianos adotaram a cartilha chilena que deu embasamento ao modelo de organização utilizado nas escolas ocupadas. Pode-se dizer que aqui se encontra um ponto em comum com o movimento estudantil ocorrido durante a ditadura. (COMO OCUPAR UM COLÉGIO? 2015)<sup>1</sup>

A articulação entre os estudantes anapolino tanto no período da ditadura, quanto nas ocupações em 2016 constituiu a essência desses movimentos, marcados pela disposição dos estudantes de lutar pela liberdade e pela dignidade de todos. Para Baldino e Freitas (2016), uma estratégia utilizada para propiciar a continuidade da luta foi à criação do “Comitê das Escolas Ocupadas”, que era constituído por duplas de grande parte das escolas ocupadas em Goiás, esse comitê estava presente em Goiânia, na cidade de Anápolis foi instaurado um comitê independente, que tomava suas próprias decisões, planejando as próximas ações a serem realizadas, mas mantendo sempre diálogo com o comitê da cidade vizinha.

Logo na primeira fase da pesquisa acreditávamos que esse movimento em nenhum momento se encontrava atrelado à organizações burocráticas, tais como, partidos políticos, sindicatos etc, acreditávamos nisso por ter visto o movimento de

<sup>1</sup> Disponível em: [https://issuu.com/omaleducado/docs/como-ocupar-vers\\_\\_o-web\\_fe32bdfbe0b515/8](https://issuu.com/omaleducado/docs/como-ocupar-vers__o-web_fe32bdfbe0b515/8)



fora, e nos baseávamos principalmente nas informações coletadas em diários de ocupação e até na própria natureza da ocupação. Mas ao entrevistar o jornalista Joaquim<sup>2</sup>, do Jornal O Anápolis, o qual participou solidariamente das ocupações apoiando as ações dos estudantes como cidadão e não como membro de entidade, ou como profissional do jornalismo, foi possível perceber o quanto os partidos políticos e as burocracias sindicais lutaram para comandar o movimento, pois, de acordo com seu relato

Eram grupos pequenos e chegavam algumas lideranças estudantis partidárias que não estavam envolvidas desde o início que entravam nas ocupações e não faziam as tarefas que tinham que ser feitas, mas postava coisas nas redes sociais no intuito de não sei, autopromoção do que era, mas os ocupantes reclamavam - esse cara não está fazendo função nenhuma, ele está aqui atoa e de vez em quando ele posta alguma coisa.

É longa a história do oportunismo dos partidos políticos e seus congêneres em relação às lutas sociais. No caso das ocupações não foi diferente. Segundo Joaquim, foram realizadas alianças partidárias e com grêmios estudantis com o objetivo de garantir apoio à ocupação de algumas escolas, já que se acreditava que o apoio de pais e alunos em alguns momentos seria insuficiente. Essa inserção das entidades partidarizadas, por meio de indivíduos ligados a grêmios estudantis e militantes de partidos, ocorreu já ao final das ocupações, quando os estudantes já encontrava fragilizados. Contudo, muitos professores da rede básica e universitários participaram ativamente do movimento desde o início. Além disso, o movimento anapolino contou com o apoio de estudantes de Goiânia que já possuíam experiência em ocupações e manifestações e que não estavam vinculados a organizações burocráticas.

O apoio recebido possibilitou a expansão das ocupações para diversas escolas. Foram vinte e três escolas ocupadas, mas, por outro lado, a interferência dos partidos políticos, a nosso ver atrapalha o desenvolvimento da consciência dos estudantes, posto que a arena privilegiada de atuação dos partidos políticos é o parlamento, enquanto que o movimento estudantil devido a sua própria característica

---

<sup>2</sup> Para preservar a identidade do Jornalista, o nome é fictício. É importante também acrescentar que sua participação nas ocupações não foi como jornalista, naquele período não estava vinculado a nenhum órgão da imprensa. Sua participação foi como admirador e militante das lutas sociais.



prioriza as ações, a rua, os protestos, as manifestações. Na disputa parlamentar obviamente que as classes exploradas não têm chance alguma, enquanto que a resistência do movimento estudantil levou o governo a recuar em sua proposta de transferir as escolas para a gestão das OS.

Ainda em relação ao Movimento de Ocupação, segundo Nunes (2016), em matéria publicação no Jornal O Popular, houve uma dispersão dos ocupantes. Todavia, acreditamos que essa dispersão se deve as ações do governo, que utilizava de diversos meios para ameaçar, amedrontar os secundaristas e apoiadores. Esses mecanismos opressivos eram colocados em prática de forma velada, mas em diversas vezes eram realizadas atividades por policiais para coagir os estudantes de forma direta. Geralmente essas coações não eram divulgadas pela mídia, e durante a entrevista Joaquim coloca que quando havia notícia referente a esses assuntos eram postadas em facebook e outras redes sociais pelos próprios estudantes.

As redes sócias desempenharam um papel de destaque durante as ocupações, ao se constituírem como canal de comunicação entre os estudantes e também como canal alternativo de mobilização e divulgação de informações que eram deixadas à margem ou eram deturpadas pelas mídias oficiais. Como exemplo, citamos o Canal Ultrativo, cuja matéria divulgada tem título emblemático: **Ocupações em Goiás – o que a mídia não te conta**. Como se pode observar, a comunicação não oficial nos possibilitou acesso a outras informações, diferentes daquelas transmitidas oficialmente.

Durante as ocupações foram organizadas por apoiadores diversas oficinas que foram oferecidas aos secundaristas, Joaquim, o jornalista entrevistado ministrou uma destas, cujo conteúdo foi **A produção de cinema em celular**. Essa oficina foi fundamental para os estudantes que dela participaram, pois tiveram autonomia para produzirem o conteúdo e divulgarem informações sobre o cotidiano nas escolas ocupadas. Exemplo disso foi à denúncia sobre o corte de água por agentes da SANEAGO para dificultar a permanência dos alunos na escola.

As ocupações das escolas públicas em 2016 significaram a luta pelo direito de educação pública e a negação da transformação da educação em mercadoria. O



movimento de ocupação contra a terceirização da educação foi uma estratégia de sucesso, pois ousou denunciar as pretensões do Estado de atender as demandas exclusivas do mercado. A vitória deste movimento pode ser demonstrada na revogação do processo de seleção de OS, mesmo que provisoriamente, pois sabemos que o capital e o governo a serviço de seus interesses não desistem. Portanto, a luta não deve parar novas mobilizações devem surgir.

## Considerações Finais

Este estudo nos proporcionou conhecer um pouco sobre as formas de luta utilizadas pelo movimento estudantil, tanto as ações desenvolvidas no período da ditadura militar (1964-1985) quanto o movimento estudantil das ocupações das escolas públicas em Goiás no ano de 2016. Por serem movimentos sociais, vinculam-se a luta contra a opressão do Estado, contrarreformas que visam retirar direitos conquistados ao longo da história de lutas dos trabalhadores. Podemos concluir que estes movimentos apesar de existirem em épocas tão distintas possuem elementos em comum, como o fato de o movimento estudantil dos dois períodos por vezes atuarem de maneira articulada, fugindo assim do isolamento.

O movimento estudantil possui sua importância na luta contra a opressão, mas o seu protagonismo por muitas vezes é ocultado e negado, fazendo com que ele aparente ser fraco e sem importância. Na verdade, essa representação do movimento estudantil interessa principalmente as elites e aos governos, justamente por compreenderem sua força juvenil no interior da sociedade. O silêncio ou a representação negativa do movimento estudantil conduz a escrita de uma história deturpada ou com muitas lacunas. Por isso a pesquisa é importante, para dar voz e o devido lugar ao movimento estudantil na história.

## Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás, pela concessão da bolsa que permitiu minha dedicação à pesquisa.  
Agradeço a Profa. Veralúcia Pinheiro pelos incentivos e orientações.

## Referências



AZEVEDO, Eurico de Andrade; **Organizações sociais**. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev6.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BALDINO, José Maria & FREITAS, Felipe Silva de. Movimento de ocupação das escolas públicas - jovens estudantes contra a gestão da escola por organizações sociais. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p.902-926, set/dez. 2016.

CANAL ULTRANATIVO. **Ocupações em Goiás – o que a mídia não te conta**. Disponível em: <<http://canalultranativo.com.br/ocupacoes-em-goias-o-que-a-midia-nao-te-conta/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

**Como ocupar um colégio?** Disponível em: <[https://issuu.com/omaleducado/docs/como-ocupar-vers\\_\\_o-web\\_fe32bdfbe0b515/8](https://issuu.com/omaleducado/docs/como-ocupar-vers__o-web_fe32bdfbe0b515/8)>. Acesso em: 27 jan.2018.

NUNES, Pedro. **Dois escolas de Anápolis são desocupadas**. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/cidades/duas-escolas-de-an%C3%A1polis-s%C3%A3o-desocupadas-1.1034431>>. Acesso em: 23 de jul. 2018.

O Anápolis: Estudantes anapolinos participam de congresso. Anápolis, 1964, Nº 4920.

O Anápolis: **Viável greve estudantil em Anápolis contra majoração**. Anápolis, 1964, ano XXIX, Nº 4770.

O Anápolis: **Estudantes anapolinos preparam passeata de protesto**. Anápolis, 1967, ano XXXII, Nº 5660.

O Anápolis: **Estudantes anapolinos organizam manifestação para 7 de setembro**. Anápolis, 1968, XXXIII, Nº 5841.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, Marília, v.3, n.1, p.101-108, dez, 2009.

VIANA, Nildo. O conceito de movimentos Sociais. In. VIANA, Nildo. **Os movimentos sociais**. Curitiba, Editora Prismas, 2016.